

Enclaves fortificados / Bolhas de segurança

É exatamente nas duas últimas décadas do século XX que o discurso sobre o medo da violência e do crime passa a fazer parte da vida social e política, com a gritante insegurança da atual era do medo, trazendo conseqüências como a legitimação das transformações das relações sociais para com os espaços públicos e estruturação de padrões de segregação espacial.

Tais padrões de segregação podem ser vistos claramente na cidade de São Paulo, por exemplo, onde o discurso do medo acaba por servir de argumento motivador para as transformações na forma de ocupação dos espaços públicos, com o deslocamento das classes mais altas, com a redefinição de espaço público que vem reforçar a exclusão social, a discriminação, os preconceitos de classe e raça, a estigmatização e um olhar cada vez mais diferenciado e negativo para as classes mais pobres e vulneráveis da sociedade paulistana.

A estrutura que vem se configurando em São Paulo desde a década de 80, no século passado, e alterando a vida na cidade e em sua região metropolitana é a de criação de espaços onde diferentes grupos sociais encontram-se extremamente próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle, que geram uma ausência de circulação ou interação em áreas comuns¹. Como classificado por CALDEIRA (2003: 211), o principal instrumento deste novo padrão de segregação espacial que surge nos anos 80 são os “enclaves fortificados” – espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho.

Entendem-se por enclaves fortificados não apenas os grandes condomínios fechados das classes mais altas, mas ainda conjuntos de escritórios, prédios de apartamentos, shopping centers, escolas, hospitais, centros de lazer, parques

¹ “Em São Paulo, a tendência segregacionista e exclusivista se apresenta da forma mais brutal, inescrupulosa e desavergonhada. Mas pode-se sentir seu impacto, embora de maneira um tanto atenuada, na maioria das metrópoles. [...] Os moradores dos condomínios cercam-se para ficar ‘fora’ da excludente, desconfortável, vagamente ameaçadora e dura vida da cidade – e ‘dentro’ do oásis de calma e segurança.” (BAUMAN, 2004:131)

temáticos, todos os que vêm sendo adaptados para mudar o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter de espaço público até então capaz de gerar interações públicas entre as classes. Todos os enclaves fortificados partilham características básicas como demarcação física, isolamento por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos; são propriedade privada para uso coletivo, dão ênfase ao valor do que é restrito e privado, desvalorizando o que é público e aberto na cidade.

A consolidação de fronteiras vigiadas de perto, que buscam alcançar a defesa da comunidade, que empregam guardiões armados para o controle da entrada, que promovem assaltantes e vagabundos à condição de inimigos número um, que compartimentam áreas públicas em enclaves defensáveis dotados de acesso seletivo, que promovem a separação em detrimento do lugar da vida em comum, todas essas são as principais dimensões da evolução da vida urbana contemporânea. (BAUMAN, 2001:111)

Assim, tais enclaves estão mudando as maneiras de viver, consumir, trabalhar e usufruir de um pouco de lazer das classes média e alta e, mais, cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade, gerando uma distância cada vez maior com o que se pode chamar de um modelo ideal de cidade, de um espaço público moderno e democrático, o espaço das cidades modernas, com circulação livre, primazia e abertura de ruas, uso espontâneo de praças e ruas, encontros impessoais.²

Para CALDEIRA (2003:307), um espaço público moderno e democrático promove a interação de pessoas, incorporando um ideal de cidade aberta, tolerante às diferenças sociais e à negociação de encontros anônimos. É um espaço no qual

² Nesta mesma linha dos enclaves fortificados, em “Modernidade Líquida”, BAUMAN (2001:107-108) aborda o exemplo do Heritage Park de George Hazeldon, um arquiteto inglês estabelecido na África do Sul, que sonha com uma cidade diferente das cidades comuns, onde você possa se dar ao luxo de comprar uma casa e “passar boa parte da sua vida afastado dos riscos e perigos da turbulenta, hostil e assustadora selva que começa logo que terminam os portões da cidade. Tudo o que uma vida agradável requer está lá: Heritage Park terá suas próprias lojas, igrejas, restaurantes, teatros, áreas de lazer, florestas, um parque central, lagos com salmões, *playgrounds*, pistas de corrida, campos de esportes e quadras de tênis – e área livre o suficiente para se acrescentar o que quer que a moda de uma vida decente possa demandar no futuro.”, ressaltando, ainda, que o grande objetivo do local é a garantia de segurança. No entanto, o preço por uma tão sonhada pureza nesta comunidade, onde os passantes poderiam falar livremente uns com os outros, é o desengajamento e a ruptura dos laços. (BAUMAN, 2001:127)

diferentes cidadãos negociam os termos de sua interação e interagem socialmente a despeito de suas desigualdades.

No entanto, cidades como a São Paulo contemporânea representam um tipo totalmente distinto de espaço público urbano, em decorrência exatamente de seus enclaves fortificados, suas fronteiras fixas e seus espaços de acesso restrito e controlado. Os pedestres e suas interações anônimas foram retirados das ruas! A rua, como elemento central da vida pública moderna, foi eliminada! E assim, segundo ZALUAR (2006:216), esse tipo de postura leva à modificação do aspecto das residências nos centros urbanos que passam a exibir seus “muros altos, grades, fechaduras, alarmes e cadeados, e principalmente o descrédito da participação em espaços públicos, com a evidente negação da civilidade no trato com estranhos como parte da cidadania.”

A própria CALDEIRA (2003: 316) dá um testemunho pessoal vivido no bairro de Sumaré em São Paulo ao relatar que,

Por muitos anos, a casa de minha família teve um muro baixo. O portão permanecia aberto o dia todo e só era fechado à noite. Quando o bairro se desenvolveu, as calçadas se encheram de gente e o tráfego aumentou consideravelmente nos anos 70, meus pais subiram o muro e começaram a fechar o portão durante o dia. [...] No começo dos anos 80, a casa de meu pai foi assaltada e o portão passou a ser trancado. Hoje meu pai tem um guarda particular dentro dos muros durante a noite e o portão fica trancado 24 horas por dia. Ele nos pede para avisá-lo por telefone quando vamos visitá-lo à noite, para que o guarda possa estar preparado para abrir o portão e não precisemos esperar do lado de fora. Todas as casas e prédios ao redor foram reformados e acrescentaram portões e muros.

Depoimento semelhante foi dado pela geógrafa Vânia Ceccato ao proferir as seguintes afirmações:

As cidades se transformaram. Cada vez que volto à minha cidade natal, vejo que os muros que rodeiam as casas estão mais altos e, as fachadas das casas, hermeticamente fechadas. Fios elétricos, cães de guarda, guardas-noturnos, cadeados, grades, alarmes, porteiros [...] (VICTOR, 2006: 6)

[...] as classes mais abastadas no Brasil vivem em bolhas de segurança, o que é um sinal de status. Carros saem de manhã dos condomínios fechados (bolha 1) em direção a escolas privadas, com guardas nos portões (bolha 2) e, mais tarde, seguem a áreas de diversão ou áreas privadas de lazer (bolha 3). O conceito básico de cidade, ‘urbis’, ‘lugar de convívio coletivo’, tem desaparecido [...] (VICTOR, 2006: 6)

Sendo assim, percebe-se claramente, como bem ressaltado na abordagem sobre a sociedade de vigilância e controle, o aumento da indústria da segurança e de um novo conceito de moradia com cercas e muros, guardas privados, infundáveis tecnologias, como guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo, demonstrando cada vez mais que segurança e controle são as condições para manter os outros de fora, para assegurar a exclusão e ao mesmo tempo liberdade, felicidade e harmonia. A questão da segurança encontra-se largamente relacionada ao crime, à violência, ao medo e à insegurança que geram o enclausuramento, mas também possui significados diversos como a criação de espaços segregados que venham garantir aos indivíduos o direito de não serem incomodados por outras pessoas, como, por exemplo, por outros grupos sociais, por mendigos, sem-teto.

Importante ressaltar, ainda, que enclaves privados, não tão suntuosos e fortificados como os das classes alta e média, também foram criados pelas classes baixas, pelos moradores das favelas. As favelas certamente são espaços para se andar, mas apenas seus moradores conhecem e se aventuram a entrar nesses espaços, que passam a ser espaços privadamente apropriados como exclusivos desse segmento da sociedade. Assim, a fragmentação sócio-cultural acaba por repetir-se junto às classes menos abastadas.

Desse modo, quando tanto moradores ricos como pobres vivem em enclaves, um simples cruzar de muros passa a ser uma atividade policiada, na qual os sinais de classe são reveladores de níveis de suspeita. Essa contínua construção de todo tipo de muros e controles nos espaços das cidades é limitadora da democratização. Os moradores passam a construir hierarquias, privilégios, espaços exclusivos e rituais de segregação que geram o seu próprio afastamento da esfera política. Assim, uma cidade de muros reproduz desigualdade, isolamento e fragmentação, corrói a cidadania e se opõe a quaisquer possibilidades democráticas.

Dessa forma, o processo que se completa com a construção de espaços segregados, com os “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2003), transmuda o espaço público em privado, as classes mais altas afastam-se da heterogeneidade de bairros tradicionais, sentindo-se ameaçadas pela diferença, tudo isso reforçando a existência

de uma sociedade com menos vida associativa, menos atuação cívica, menos solidariedade e conseqüente vulnerabilidade e exposição aos desmandos de uma violência gratuita que, apesar de todo o aparato de controle construído pela sociedade de vigilância, ainda continua a ocorrer.

A título de exemplificação e fundamentação no sentido de que todo o aparato de controle e vigilância, aliado à formação cada vez maior de enclaves fortificados, não é capaz de conter a violência, observa-se a realidade vivida pela cidade São Paulo, assim como por algumas outras cidades brasileiras, a partir da noite de sexta-feira, dia 12 de maio de 2006, que se viram reféns da atuação violenta e impiedosa da maior facção criminosa do Estado, o Primeiro Comando da Capital - PCC, que controla os presídios e estende seu poder sobre o tráfico de drogas, armas e contrabando.

Como forma de represália pela transferência de 765 presos ligados ao PCC para a penitenciária de Presidente Bernardes (presídio de segurança máxima), o líder da facção, Marcos Williams Herbas Camacho – “Marcola”, também recluso em regime disciplinar diferenciado (RDD) nessa penitenciária, disparou ordens, via celular, para o início de rebeliões simultâneas em 73 presídios paulistas, bem como ataques a delegacias e a policiais.³

Por todos estes fatos e, ainda, pela omissão das autoridades, pelo despreparo da mídia para com situações de emergência, pela onda de boatos sobre novos possíveis ataques deflagrada via Internet, o medo tomou conta da população, e a segunda-feira, 15 de maio de 2006, entrou para a história como o dia em que São Paulo entrou em pânico e parou!

Como reflexo do medo, 5.100 ônibus pararam de circular, deixando 5 milhões de pessoas sem transporte; 40% das escolas particulares e públicas de ensino fundamental e médio suspenderam as aulas na capital, assim como 12 Universidades; 12 shopping centers fecharam as portas; as 3.000 lojas da 25 de Março encerraram

³ Segundo dados divulgados pela Revista Época (AZEVEDO, 2006: 29), em seis dias de confrontos as ações do PCC e a tardia, lenta e desgovernada ação das autoridades resultaram em 162 pessoas mortas, sendo 107 suspeitos, 41 agentes da lei, 18 detentos e 4 civis inocentes. Apenas entre a noite de sexta-feira e a madrugada de segunda, criminosos a mando do PCC assassinaram 39 agentes, entre policiais militares, policiais civis, guardas municipais e guardas penitenciários, além de quatro cidadãos comuns. E, ainda, incendiaram 56 ônibus e metralharam oito agências bancárias.

seu expediente no meio da tarde e também centros de comércio importantes como as ruas Teodoro Sampaio e Oscar Freire; o aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro cancelou vôos para São Paulo alegando falta de segurança. Toda a população correu para casa! Às 17h30 o congestionamento na cidade era quatro vezes maior do que o normal, chegando a 195 quilômetros. (CARNEIRO, 2006: 46)

Um congestionamento diferente se instaurou, então, em São Paulo,

[...] os motoristas não buzonavam nem xingavam. Pairava uma espécie de solidariedade dos oprimidos. E as ruas não tinham ônibus. Nas calçadas, milhões de pessoas caminhavam numa temperatura perto de 15 graus, caladas, com passos apertados [...] (NOGUEIRA, 2006: 49)

E, às 22 horas, já não se viam carros nem pedestres nas ruas!⁴⁻⁵⁻⁶

A grande ironia da história, no entanto, é que o isolamento dos ricos em suas “bolhas de segurança” e a construção de um espaço vigiado, repleto de enclaves fortificados, tanto entre as classes mais altas como também entre a população de baixa classe, não protegeram ninguém do caos instaurado na cidade em decorrência dos ataques do PCC. O medo, o desespero, o horror e a insegurança fugiram não só ao controle das autoridades públicas, como também ao controle de toda a parafernália de segurança privada desenvolvida pelos cidadãos, ou seja, fugiram ao controle da própria sociedade de controle! O choque diante da tamanha brutalidade e violência atingiu indistintamente todas as classes sociais. Toda a população foi tomada de assalto pelo medo e de nada adiantou a sociedade de vigilância instaurada.

Neste momento vem à tona uma dura realidade: com a total ausência do Estado, o medo não escolheu classe social, a insegurança não se fez presente de forma segregada, o perigo não se limitou ao lado de fora dos muros ou das bolhas de segurança e muito menos se incomodou com os espaços vigiados. E mais, tantos muros não foram capazes de esconder a imensa vulnerabilidade de toda uma cidade. De nada adiantaram tantos enclaves, para nada serviram tantas câmeras espalhadas

⁴ “[...] Vergonha – com táticas de guerrilha e logística sofisticada, o crime organizado mostrou toda a sua força, traumatizou a população e deixou o Estado refém.” (DAMIANI, 2006: 36)

⁵ “Acuada por ameaças, boatos, tiros e incêndios, a cidade parou. As autoridades não souberam reagir às ameaças. Comércio e indústria tiveram prejuízos imensos. Cidadãos se sentiram à mercê dos bandidos e o medo ainda não passou.” (NOGUEIRA, 2006: 48)

⁶ “Insegurança: mais de 160 mortos, uma metrópole em pânico, acordo de bastidores [...] A crise em São Paulo expõe a precariedade do Estado de Direito e da ordem pública no Brasil.” (LOBO, 2006: 8)

pelo “Grande Irmão”, uma vez que uma cidade inteira, com seus ricos e pobres, se viu parada e sobressaltada com boatos e rumores em consequência dos ataques.

Suas lojas (desde as populares da 25 de março às mais sofisticadas da Oscar Freire) foram fechadas, assim como escolas e órgãos públicos, enquanto a população, toda a população que antes vivia segregada, se encontrou silenciosa e atônita no mesmo engarramento na volta para casa no dia 15 de maio de 2006. O Primeiro Comando da Capital fez a todos reféns!⁷

Aliada ao exemplo de São Paulo, a violência persiste em outros grandes centros urbanos como Rio de Janeiro – RJ e Belo Horizonte – MG.

A região mais charmosa da cidade de Belo Horizonte – MG, a Savassi, tradicional ponto de encontro da intelectualidade, que já sofria com os assaltos e com a agressividade de moradores de rua, passou a ser aterrorizada por quase 30 gangues de adolescentes no primeiro semestre de 2007, que levaram terror e violência para suas ruas e avenidas⁸.

É válido pontuar que a Savassi foi uma das mais importantes regiões da cidade a fazer parte do projeto de videovigilância implantado pelo “Projeto Olho Vivo BH”, através da Lei Estadual 15.435/2005⁹, objetivando o combate à criminalidade, a redução da violência e o resgate do glamouroso comércio local, o que será objeto de estudo mais detalhado no capítulo 05.

No entanto, seus moradores, comerciantes e turistas, que antes já tinham do que reclamar (como dos assaltantes e moradores de rua), agora se vêem estarrecidos com os novos personagens que entraram em cena, quais sejam os jovens bem vestidos, estudantes de escolas particulares e de escolas de idiomas, que andam em grupos, adoram pancadaria e vandalismo e agem imitando facções do crime organizado, desafiando até mesmo as lentes vigilantes do “Projeto Olho Vivo BH”.¹⁰

⁷ ADORNO, analisando estes ataques do PCC, enfatiza que “o mais surpreendente foi a paralisação temporária das atividades na maior cidade do país, São Paulo, contribuindo, com impressionante rapidez, para exacerbar sentimentos de medo e insegurança que há muito se encontram disseminados entre seus habitantes.” (ADORNO, 2007)

⁸ FURTADO (2007)

⁹ MINAS GERAIS. Lei 15.435, de 12 de jan. 2005. Disciplina a utilização de câmeras de vídeo para fins de segurança. Diário Oficial de Minas Gerais. Belo Horizonte. 12 de jan. 2005.

¹⁰ Como noticiado pelo Jornal Estado de Minas, “(...) as gangues que agem na Região da Savassi, uma das áreas mais nobres de Belo Horizonte, imitam facções do crime organizado. O Bonde do Arrastão, ou simplesmente BA para seus integrantes, um dos bandos mais perigosos, tem até um código de

A cidade do Rio de Janeiro, por sua vez, em uma madrugada de dezembro de 2006, foi vítima de uma série de ações violentas que se espalhou por diferentes pontos e levou pânico à população. Delegacias, carros e cabines da Polícia Militar foram alvos de tiros, ônibus foram incendiados, com um saldo de 19 pessoas mortas. Tais ataques criminosos foram, inclusive, duramente condenados pela Anistia Internacional (AI), entidade de direitos humanos, que emitiu comunicado criticando os governos estadual e federal por estarem alimentando a crescente violência, em razão do fracasso na implementação de políticas públicas eficientes de segurança¹¹.

O mais chocante, no entanto, e que seria hilário caso não fosse a dura e crua realidade, é o golpe do falso seqüestro aplicado normalmente pelos detentos que portam telefones celulares em suas celas nas penitenciárias brasileiras, em todo o território nacional¹². Esses golpistas ensaiam uma espécie de dramatização no intuito de extorquir dinheiro de suas vítimas, fingindo ser um parente seqüestrado ao telefone e implorando, aos gritos de pavor, que a vítima atenda às exigências do “falso seqüestrador”. E, consoante informações divulgadas pelo Jornal Folha de São Paulo, segue um triste relato:

(...) Foi exatamente a uma ligação com esse tipo de "dramatização" que, na noite da última segunda-feira, a aposentada Mércia Mendes de Barros, 67, atendeu em sua casa, em São Caetano do Sul (ABC), por volta das 19h, o telefone. Na outra ponta da linha, um golpista dizia estar com o filho da aposentada seqüestrado. Mércia era mãe de três filhos e acreditou que um deles, o gerente de posto de gasolina Luciano Mendes de Barros, 31, estivesse nas mãos de criminosos. Logo depois das primeiras palavras com o criminoso, uma segunda pessoa foi colocada ao telefone e, aos "prantos", pedia para que a aposentada seguisse todas as exigências da pessoa que havia ligado. Desesperada, Mércia gritou para o marido, José Pereira de Barros, 65: "Eles pegaram o Luciano!" e começou a passar mal. Ela sofria de problemas cardíacos havia quase dez anos. Barros pegou o telefone e ainda ouviu o que acreditou ser a voz do filho pedindo ajuda. Logo em seguida, uma outra voz voltou, tomou a ligação e passou a exigir R\$ 60 mil para que o filho do casal não fosse morto. Barros deixou uma vizinha cuidando da mulher e partiu para o banco, onde conseguiu sacar apenas R\$800,00. Ao retornar para casa, ele ficou sabendo que

comportamento baseado em estatutos de organizações criminosas de São Paulo e do Rio de Janeiro, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) (...)" (FURTADO, 2007)

¹¹ FOLHA DE SÃO PAULO. *Anistia condena atentados no Rio e critica Governo*. 31 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129942.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2007.

¹² Segundo o Jornal Estado de Minas, “(...) além de presidiários, quadrilhas de estelionatários estão se espalhando por todos os Estados, devido ao elevado grau de sucesso do golpe. O pânico produzido pelo clima da violência do país favorece os bandidos. (...)” (ESTADO DE MINAS, 2007)

Mércia havia sido levada para o hospital justamente por Luciano, o filho que o casal acreditava ter sido seqüestrado. O golpe fora descoberto, mas foi fatal para Mércia, que sofreu um infarto.(...)¹³

Assim, em meio a tantos fatos, mencionados em um rol meramente exemplificativo, tem-se que, diante da violência e perplexo de medo, o cidadão brasileiro comum toma a mesma e recorrente decisão: constrói um muro em frente à sua casa ou ao seu prédio como uma política própria de aferição de segurança, depois acaba aumentando um pouco mais e mais esse muro porque seu medo também aumentou, uma vez que a violência ainda continua a atormentar a sua vida. Posteriormente, como não consegue solucionar o problema, lança mão de aparatos tecnológicos e instala um interfone, uma cerca elétrica, câmeras de vigilância, contrata segurança privada. No entanto, percebe que a questão da violência não é resolvida. Decide, então, colocar mais câmeras, mais segurança, mais vigilância.

E, apesar de tudo isso, o que pode acontecer com esse cidadão? Pode ser vítima, dentro de sua própria casa (teoricamente superprotegida por equipamentos e tecnologia de segurança), de um falso seqüestro, via telefone, comandado por um criminoso que, ironicamente, já está preso. Ou pode ser vítima, mesmo voltando para casa em seu carro blindado, com várias câmeras vigilantes captando sua imagem, de um ataque realizado por uma facção criminosa, comandado e organizado, também ironicamente, de dentro dos próprios presídios. Assim, o problema da violência não só persiste, como se torna mais grave a cada dia! O cidadão pode, enfim, até adquirir uma certa sensação de segurança mantida por seus aparatos tecnológicos, mas a segurança de fato ele não consegue alcançar.

Não consegue e não irá alcançar, porquanto o problema da segurança é público e não privado¹⁴. O Estado deve tomar as rédeas da situação, mas, mesmo

¹³ FOLHA DE SÃO PAULO. *Golpe do seqüestro agora usa "dramatização"*. 17 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1702200727.htm>. Acesso em 28 ago. 2007.

¹⁴ Em entrevista concedida à Revista Caros Amigos, Ana Paula Miranda, Presidente do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que: "(...) a questão da segurança pública é chave hoje no Brasil. Para pensar: o que fez a classe média quando teve a crise da educação? Põe na escola particular. E a saúde? Plano de saúde. Com segurança pública não dá pra fazer isso. Não adianta contratar segurança particular, não dá para ter uma sociedade policial. Dentro das ações estruturais do

assim, sem a adoção pura e simples de todo aparato tecnológico na instauração de uma sociedade de controle, na prevenção e repressão da prática de crimes. O uso intenso da tecnologia de segurança não está resolvendo o problema da segurança nem para o cidadão, nem para o próprio Estado. E mesmo que na melhor das hipóteses, na qual a sociedade de vigilância e controle consiga levar a zero o índice de violência, ela também levará a zero as espontâneas e democráticas atuações no espaço público, rompendo os laços entre os cidadãos. O preço por essa segurança, obtida pelos olhos vigilantes de uma cidade panóptica, pelo controle permanente do Grande Irmão, seria alto demais, visto que seria capaz de criar um mundo seguro, no entanto, tecnificado, precarizado, engessado e desprovido de quaisquer manifestações espontâneas em espaços públicos.

Desta maneira, a ausência de uma interatividade no meio urbano, aliada à construção de uma cidade de muros, de uma vida em bolhas de segurança e, principalmente, de uma cidade vigiada, contribui para o enfraquecimento e corrosão da cidadania. A atual organização urbana do medo dá formatação às novas desigualdades, mantendo grupos separados e inscrevendo uma nova sociabilidade que contradiz os ideais de liberdade democrática.

Torna-se importante ressaltar que quando o espaço social, bem como a cidadania, que deveriam ter sido ampliados com a chegada de uma Constituição Democrática, não o são, a cidade deixa de viver o espaço da política e se transforma em espaço privatizado. Não há mais como falar em sociedade civil organizada, mas em uma sociedade civil gelatinosa e frágil, sem qualquer autonomia política ou ideológica (DORNELLES, 2003: 129).

Diante disso, faz-se imprescindível o resgate de um espaço público significativo, no qual exista troca, interação. Um espaço onde seja construída uma sociabilidade, um intercâmbio nas calçadas, uma circulação nas ruas e praças, o reconhecimento do outro como peça essencial na articulação e formação democráticas.

Estado, a segurança pega todo mundo. Se eu botar meu filho numa escola particular, ele vai continuar tendo educação. Na segurança pública, ou é pública ou não é segurança. (...)” (SALLES, 2007)

Caso contrário, a população que, iludida, se sente protegida e isenta de todos os males dentro de seus enclaves fortificados, dentro de um mundo controlado por câmeras atentas e permanentemente vigilantes, na verdade nunca estará a salvo da violência e, pior, sempre demonstrará um despreparo absoluto para enfrentar momentos de medo e pavor como os impostos pelo Primeiro Comando da Capital à população de São Paulo.

Um dos primeiros passos para a construção de uma sociedade menos violenta e mais segura não é a videovigilância, que precariza e tecnifica o espaço público, não é a segregação em enclaves fortificados, mas sim a democratização política da *polis* e a recuperação da cidade como espaço de atuação das liberdades públicas e efetivação do bem comum.

3.1

Espaço Público / Espaço Privado

Uma das conseqüências mais próximas e imediatas que pode ser percebida neste novo início de Era é uma alteração profunda entre a noção de público e privado e, ainda, entre o que se entende por privacidade e exposição. Desta forma, tal noção de público e privado se torna cada vez mais abstrata diante do impacto da tecnologia em uma sociedade em que os passos de todos podem ser cada vez mais monitorados onde quer que estejam, uma vez que nunca a vida privada foi tão pública como nos tempos atuais. O avanço tecnológico derrubou fronteiras e tornou o mundo cada vez menor, possibilitando, por exemplo, que câmeras nas ruas ou nos elevadores, muitas vezes nem notadas, estejam ali vigilantes e atentas e, ao menos potencialmente, levando qualquer atitude de qualquer cidadão para qualquer lugar do mundo.

Segundo ROSA (2006:104),

No tempo dos nossos avós, era relativamente bem mais fácil diferenciar a esfera pública do universo privado. Público era aquilo que acontecia provavelmente num espaço aberto e na presença de uma certa audiência. Já os domínios do privado pressupunham um acontecimento provavelmente confinado, em um ambiente fechado, na presença de poucos. A imagem de um casamento é nitidamente diferente de uma lua-de-mel. O primeiro é um acontecimento público; o outro não. A visibilidade pública, antigamente, era mais ou menos binária assim.

Analisando a esfera pública nos períodos históricos da Antiguidade e da Idade Média, ARENDT (2007:173) argumenta que na Antiguidade o conteúdo da esfera pública não era determinado nem pelo cidadão da *polis*, tampouco pela *res publica* em si. Nesse tipo de comunidade, a vida pública do homem comum era limitada ao trabalho em benefício dos outros, do povo, ou então limitada ao trabalho doméstico, portanto escravo. O logradouro público nessas comunidades apolíticas, a *ágora*, não era tido como um local de encontro entre os cidadãos, mas tão somente como um mercado no qual os artífices poderiam exhibir e trocar seus produtos. A intenção era fazer desse espaço um simples conjunto de lojas, um mercado, característica semelhante aos bairros comerciais e artesanais das cidades da Idade Média. Desta feita, o espaço público é retratado apenas como um mercado de trocas, no qual os indivíduos exibem os produtos de suas mãos e recebem a contrapartida e estima que merecem.

No entanto, na visão da autora (ARENDT, 2007), uma *ágora* que não abre espaço para o encontro entre os seus cidadãos, que não abre espaço para o discurso e a ação¹⁵⁻¹⁶, está morta para o mundo, deixa de refletir a vida humana, pois não é de fato vivida entre os homens. A ação e o discurso são os instrumentos através dos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como simples objetos

¹⁵ Analisando as atividades humanas fundamentais que correspondem às condições básicas pelas quais a vida foi dada ao homem na Terra, ARENDT (2007:15) ressalta o labor, o trabalho e a ação, correspondendo cada um deles, respectivamente, às condições humanas da vida, da mundanidade e da pluralidade. O labor diz respeito ao processo biológico do corpo humano, com seu crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio, tratando-se de uma atividade na qual o homem não convive nem com o mundo nem com os outros, ele está a sós com o seu corpo diante da real necessidade de manter-se vivo, enquanto o trabalho corresponde ao artificialismo da existência humana, posto que produz um mundo artificial de coisas bem distintas do ambiente natural. O trabalho habita cada vida individual, apesar de sobreviver e transcender todas estas. Já a ação é exercida diretamente entre os homens, sem qualquer mediação das coisas ou da matéria. É correspondente à condição humana da pluralidade, pois se vincula ao fato de que homens habitam a Terra e não apenas o Homem habita e vive no mundo e, ainda, ao fato de sermos todos os mesmos, ou seja, humanos, no entanto ninguém é exatamente igual a qualquer outra pessoa que venha a existir ou que acaso tenha existido. Na *vita activa* abordada por ARENDT (2007), é a ação a atividade humana por excelência caracterizada pelo fato de que os homens vivem juntos sendo, portanto, a única das três que não pode ser vista ou analisada fora das relações humanas.

¹⁶ “Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença dos outros.” (ARENDT, 2007:31)

físicos, mas verdadeiramente como homens, e só vêm à tona quando as pessoas estão com as outras (nem contra, nem a favor) no pleno gozo da convivência humana.

A ausência da ação para pôr o mundo em movimento, trazendo um novo começo do qual cada homem é capaz pelo simples fato de ter nascido, faz com que não haja nada de novo debaixo do sol; a falta do discurso para materialização e celebração das coisas novas traz a ausência de memória; sem o permanente artifício humano não há recordação das coisas que têm que suceder a cada indivíduo e, sendo assim, o espaço de aparência, que é a esfera pública, produzido pela ação e pelo discurso, é fadado ao desaparecimento. Como as calamidades da ação resultam da condição humana da pluralidade, que é condição essencial do espaço de aparência, toda tentativa de eliminação da pluralidade se torna sempre uma supressão da esfera pública (ARENDDT, 2007:216/233).

Assim, a *polis* para ARENDT,

[...] não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam. “Onde quer que vás, serás uma *polis*” [...]. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido da palavra, ou seja, o espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas. (ARENDDT, 2007:211)

Neste sentido de agir e falar em conjunto, é válido ressaltar em HABERMAS (2003:92) que a esfera pública, ou o espaço público, pode ser caracterizada como um fenômeno social elementar do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade. A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões. É nesta esfera que os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas sobre temas específicos, sendo, pois, uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento. Segundo o autor, qualquer encontro, que não se limite a contatos de observação mútua e que se alimente da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, é um encontro que se movimenta em um espaço público constituído através da linguagem.

Os canais de comunicação de uma esfera pública são engatados, pois, nos da esfera da vida privada, como as redes de interação familiar, os amigos, os contatos de

trabalho, os vizinhos, entre outros, sendo tais estruturas espaciais caracterizadas como de interações simples. Há, ainda, as estruturas que se desenvolvem de forma complexa e ramificada, em amplas distâncias como, por exemplo, a comunicação entre estranhos¹⁷. O limiar entre ambas as esferas, privada e pública, no entanto, não se define através dos temas ou das relações fixas, mas sim através de condições de comunicação modificadas, que buscam modificar a questão do acesso, assegurando por um lado a intimidade e, por outro, a publicidade (que serão oportunamente trabalhadas no capítulo 04), sem no entanto isolar a esfera pública da privada (HABERMAS, 2003:98).

BAUMAN (2001:48), observando a esfera pública que envolve a vida da sociedade contemporânea, dispõe que esta envolve um tempo de cadeados, cercas de arame farpado, ronda nos bairros e vigilância (como abordado neste capítulo), isso sem levar em conta o grande número de jornalistas especializados em trabalhos para tablóides investigativos que buscam informações para povoar de fantasmas o espaço público já há muito vazio de atores, conspirações estas responsáveis pelo desenvolvimento de um pânico moral, liberando os medos e ódios reprimidos entre os indivíduos.

Tomando a visão de ZUKIN (1995:39), para esses mesmos espaços da sociedade contemporânea, o perigo mais latente para os espaços públicos encontra-se na política do medo cotidiano, com o espectro apavorante de ruas que refletem insegurança e mantêm os indivíduos afastados destes espaços e, principalmente, afastados da busca pela arte e pelas habilidades necessárias a fim de partilhar uma vida pública. Diante do medo, são adotadas rapidamente políticas de endurecimento contra o crime, sendo uma delas a privatização e a militarização do espaço público, fazendo das ruas, lojas e parques lugares mais seguros e, no entanto, menos livres.

¹⁷ De acordo com BAUMAN (2004:127-129), “é comum definir as cidades como lugares onde estranhos se encontram, permanecem próximos uns dos outros e interagem por longo tempo sem deixarem de ser estranhos. [...] qualquer que seja a história das cidades, e independentemente das drásticas mudanças que possam ter afetado sua estrutura espacial, aparência e estilo ao longo dos anos e dos séculos, uma característica se mantém constante: são espaços em que estranhos permanecem e se movimentam em íntima e recíproca proximidade.” No entanto, é esse encontro e interação, a recíproca proximidade no âmbito da pólis que podem estar sendo ameaçados pela construção de espaços cada vez mais segregados e vigiados.

Assim, segundo BAUMAN (2001:51), nessa constituição de espaços segregados e vigiados não é válido dizer que o público está colonizando o privado, mas sim que o privado coloniza o espaço público¹⁸, passando este a ser para os indivíduos não muito mais do que uma tela na qual suas aflições privadas são projetadas sem cessar, o espaço público passa a ser o local onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas.

O espaço público deixa, portanto, no entender de BAUMAN (2001:49), de desempenhar sua função de encontro e diálogo sobre questões privadas e públicas (deixa de alimentar a liberdade comunicativa que, segundo HABERMAS [2003], movimenta-se no espaço público), fazendo com que os indivíduos se vejam desprovidos da capa protetora que se perfaz na cidadania¹⁹, assim como desprovidos de suas capacidades e interesses enquanto cidadãos. E é diante disso que se faz mister redesenhar e repovoar esta praticamente vazia ágora, resgatando o lugar de encontro, debate e negociação entre o indivíduo e o bem comum, repovoando, assim, o espaço público.

Assim, por exemplo, as associações só poderão afirmar a sua autonomia e conservar a sua espontaneidade na medida em que puderem apoiar-se em um pluralismo de formas de vida, subculturas e credos religiosos. Ainda, a proteção dessa cidadania autônoma, de uma esfera privada, através de direitos fundamentais, serve à incolumidade de domínios vitais privados, caracterizando, pois, os direitos da personalidade, da liberdade de crença e de consciência, o sigilo da correspondência e do telefone, a inviolabilidade da residência, bem como a proteção da família, uma

¹⁸ “Muito menos atenção [...] foi dada aos perigos que se ocultavam no estreitamento e esvaziamento do espaço público e à possibilidade da invasão inversa: a colonização da esfera pública pela privada. E no entanto essa eventualidade subestimada e subdiscutida se tornou hoje o principal obstáculo à emancipação, que em seu estágio presente só pode ser descrita como a tarefa de transformar a autonomia individual *de jure* numa autonomia *de facto*.” (BAUMAN, 2001:62)

¹⁹ E quando o espaço público deixa de desempenhar sua função de encontro e diálogo, quando se está diante da ausência de interação nos espaços públicos, o prejuízo para a consolidação de uma democracia é latente, pois esta é uma condição necessária para a livre discussão pública de certos temas como a justiça social e o caráter ético dos assuntos públicos. Assim, no entender de BAUMAN (1998:83), “[...] sem democracia, com a sua liberdade de expressão e franca controvérsia, é difícil imaginar qualquer abordagem séria da configuração de uma sociedade satisfatória, dos objetivos totais que a tomada política de decisões deveria promover, dos princípios pelos quais os seus efeitos deveriam ser criticamente avaliados, ou a madura percepção pública dos riscos subsequentes e das possibilidades de sua prevenção.”

zona inviolável da integridade pessoal e da formação do juízo e da consciência autônoma (HABERMAS, 2003:101).

A incapacidade de conceber o outro em sua autonomia e conviver com a pluralidade e ambivalência nos espaços públicos, portanto, corre o risco de acabar se tornando uma patologia social, ou melhor, uma patologia do espaço público, uma patologia da política com o conseqüente esvaziamento e a decadência da arte do diálogo, da negociação, colocando técnicas de desvio e evasão no lugar de engajamento mútuo e comprometimento (BAUMAN, 2001:127). E, assim, segundo este autor, “o projeto de esconder-se do impacto enervante da multivocalidade urbana nos abrigos da conformidade, monotonia e repetitividade comunitárias é um projeto que se auto-alimenta, mas que está fadado à derrota.”(BAUMAN, 2001:123)